

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 3

GRUPO I – DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 1

Qual a principal consequência da instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas em relação aos processos em curso? Advinda tal consequência, quais atos podem ser praticados pelo órgão julgador? O que ocorre se o processo atingido por tal consequência não versar sobre o tema do incidente?

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

13.2 Incidentes Recursais: incidente de assunção de competência, incidente de arguição de constitucionalidade, incidente de resolução de demandas repetitivas. 9.7 Tutela antecipada. 10.3 Meios probatórios (depoimento pessoal, confissão, prova documental, prova testemunhal, prova pericial, inspeção, ata notarial): natureza, conceito, hipóteses de cabimento, procedimento, incidentes.

PADRÃO DE RESPOSTA

A principal consequência da instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) é a suspensão de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão, em todo território nacional (art. 1.037, II, CPC) até a decisão do tribunal superior ou a decisão do relator que não afetar o recurso paradigma encaminhado pelo presidente do tribunal de justiça ou do tribunal regional federal com competência para o feito. Eventuais medidas urgentes, que busquem assegurar o resultado prático do processo, inclusive as tutelas de urgência, podem ser adotadas pelo juiz ou relator, mesmo com a suspensão do processo. Caso o processo não verse sobre o incidente e tenha sido indevidamente suspenso, a parte poderá requerer o prosseguimento do processo (art. 1037, § 9.º, CPC).

**DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
CONCURSO PÚBLICO
CARGO DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL DE SEGUNDA CATEGORIA**

PROVA ORAL/MALOTE 3

GRUPO I – DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 2

Considere a seguinte situação hipotética:

Marcelo vendeu a Luís um sítio situado no distrito de Dom Maurício, município de Quixadá–CE, firmando uma promessa de compra e venda do imóvel. Ficou estabelecido que a escrituração definitiva do imóvel ocorreria após o pagamento integral do valor, trinta dias após a assinatura da avença. No dia combinado, Luís pagou integralmente o valor do sítio, mas Marcelo se negou a transferir a propriedade do imóvel, alegando que havia recebido outras propostas melhores após a formalização da promessa de compra e venda.

Qual medida judicial seria cabível nessa situação? Fundamente a sua resposta.

TÓPICOS DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO ABORDADOS

Direito Civil: 6 Prova. 11 Contratos: generalidades, elementos e efeitos dos contratos. 9.1 Posse e propriedade. 9.1.1 Conceito, classificação, aquisição, perda, proteção e efeitos.

Direito Processual Civil: 11 Sentença: natureza, conceito, classificação, requisitos, funções, vícios, efeitos, remessa necessária.)

PADRÃO DE RESPOSTA

Descumprida a obrigação existente de escrituração definitiva do imóvel, cabe a Luís o ajuizamento de ação de adjudicação compulsória para que a autoridade judicial supra a manifestação de vontade da parte inadimplente e determine a escrituração definitiva do imóvel em seu favor (arts. 1.417 e 1.418 do Código Civil).